

IMIGRAÇÃO PORTUGUESA E AS TÁTICAS E ESTRATÉGIAS DE ACESSO À TERRA “NA SÚIÇA BRASILEIRA”: A TRAJETÓRIA DE ANTONIO JOSÉ MENDES (1850-1900).

Gabriel Almeida Frazão
Instituto Federal Fluminense/Universidade Federal Fluminense
gabrielalmeidafrazao@gmail.com/gabrielfrazao@iff.edu.br

Introdução

O artigo tem como objetivo apresentar os dados preliminares da pesquisa iniciada, em 2019, no estágio de Pós-Doutorado, no Instituto de História da Universidade Federal Fluminense, sob a supervisão da professora Márcia Motta¹. Ele aborda o processo de acesso à terra de imigrantes portugueses em uma região de criação de animais e produção para o mercado interno, no município de Nova Friburgo, Região Serrana do estado do Rio de Janeiro, na segunda metade do século XIX.

Este estudo é fruto do contato com uma historiografia que, nos últimos anos, vem: a) desconstruindo a ideia de que Nova Friburgo seria a “suíça brasileira”; e b) valorizando, assim, o papel de outros agentes na construção e no desenvolvimento da cidade (ARAÚJO, 2003; MAYER e PEDRO, 2003; MAYER, 2003). Tais trabalhos não somente revelaram a existência de um grande quantitativo de migrantes oriundos de Portugal – algo ratificado pela análise do censo de 1872² - como, também, evidenciaram a importância que alguns deles tiveram na administração camarária (PEDRO, 1999). Além disso, demonstraram que alguns lusitanos se tornaram grandes proprietários de terras e de homens na região (MARRETO, 2014 e 2019).

Nesse sentido, tomando como referencial teórico-metodológico mais geral o debate sobre o processo de aquisição de terra no Brasil (MOTTA, 1998; 2002; 2005; 2012; MOTTA e GUIMARÃES, 2011) e os fundamentos da micro-história italiana (LEVI, 2000; REVEL, 1998), parte-se, neste trabalho, para análise da trajetória do imigrante português Antonio José Mendes (1822-1901) – visto aqui como estrela de

¹ Gostaria de agradecer as informações e os documentos fornecidos por dois membros da família Mendes: Sônia Veiga e Joana Veiga. A generosidade de ambas tem sido fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa.

² Segundo os dados do censo, nota-se que cerca de 39% da população de imigrantes existentes no município era de origem portuguesa, representando, ainda, quase 6% da população total. Ver Recenseamento do Brasil de 1872 – Rio de Janeiro. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v10_rj.pdf. Data de acesso: 01/06/2019.

primeira grandeza (BARTH, 1978) - que exercendo a atividade de negociante, conseguiu acumular, em um período de 50 anos (1860-1914), uma grande quantia em terras para o padrão da região, marcada pelo minifúndio. Defende-se, ainda, a hipótese de que Mendes obteve, por meio da atividade comercial e da concessão de créditos, alguma distinção social, acessando, inclusive, bens de consumo típicos de grupos abastados do Império do Brasil. Ou seja, que ele utilizou do comércio e da prática de empréstimos como as táticas e estratégias (CERTEAU, 2008) para o enriquecimento e a aquisição de status social.

Ainda no que se refere à questão metodológica, a partir do método indiciário e onomástico (GINZBURG, 1989), este trabalho apresenta a análise de documentos cartoriais (escrituras de compra e venda e inventário), e jornais (Almanaque Laemmert) produzidos na segunda metade do século XIX. Eles são a base para o início da discussão sobre o papel dos portugueses na ocupação territorial do município, já que possibilitam acompanhar as atividades econômicas estabelecidas de, ao menos, um destes imigrantes.

Resultados iniciais.

A partir do referencial descrito acima, a pesquisa apresenta os seguintes resultados iniciais. No que diz respeito à origem, a memória familiar aponta que Antonio José Mendes era originário do arquipélago dos Açores. Contudo, tal informação não está presente no atestado de óbito, em que apenas é indicado a sua origem portuguesa, sem determinar o local de seu nascimento.³ Dessa forma, devido ao fato de não se ter localizado o registro de seu casamento – onde geralmente está presente a procedências dos noivos - o único indício que confirma o relato familiar é uma certidão de casamento em que ele, em 1867, já ao lado de sua esposa, aparece como padrinho de casamento de um português chamado José Luís Mendes, da Ilha de Terceira dos Açores.⁴

Ademais, os documentos examinados permitem inferir que Antonio José Mendes só chegou à região de Nova Friburgo, após a década de 1850, já que seu nome

³ Ver Inventário de Antonio José Mendes (1921). Acervo Permanente do TJ-RJ.

⁴ Livro de Registro de Casamento, volume 1, p. 240v. Paróquia de São João Batista de Nova Friburgo.

não está no Registro Paroquial de Terras – confeccionado entre os anos de 1854 a 1857 - das freguesias que compunham o município. Uma vez estabelecido, casa-se com Mariana Rimes, filha de um descendente suíço que figura, no Almanaque Laemmert na lista de fazendeiros locais⁵. O nome do português só aparece listado no Almanaque Laemmert a partir do ano de 1865, fazendo-se então presente em várias outras edições até o ano de 1885, sempre listado como “negociante” da Freguesia de São João Batista.⁶ A informação fornecida pelo jornal sobre a atividade profissional de Mendes corrobora a narrativa familiar de que o imigrante, mesmo sendo possuidor de terras, teria, de fato, tido como sua principal atividade o comércio. Aliás, segundo ainda a memória familiar, foi com base neste tipo de negócio e na prática de empréstimos que o luso construiu o seu patrimônio.

Destarte, tomando como base as informações presentes no inventário de sua esposa, Mariana Rimes, e os dados presentes no Cartório do 2º Ofício de Nova Friburgo, que abrangia a freguesia onde Mendes exercia as suas atividades, entende-se que os seus descendentes podem ter razão. No inventário, datado de 1914, percebe-se que o casal possuía bens e investimentos que iam além da posse de terras, algo que pode ser observado na tabela abaixo:

Tabela 1: Bens do Inventário de Mariana Rimes (1914)

Descrição do bem	Valor em Réis
97 títulos da dívida pública federal.	79:928.000
Imóveis: 1.760 alqueires de terra ou 4.787,2 hectares.	76:850.000
Dívidas ativas (Hipotecas)	23:607.748
Semoventes (18 animais)	1:160.000
Total do espólio	181:545.748

Fonte: Inventário de Mariana Rimes. Acervo Permanente do TJ-RJ

⁵ Segundo Henrique Bon, Mariana Rimes era filha de João José Cypriano Rimes e Maria Senhorinha Coimbra (também conhecida como Maria Senhora de Paula e Maria Senhora da Trindade), casados em 29 de maio de 1844. João José Cypriano era filho de Felix Rime, açougueiro e possuidor de terras no Córrego do Funil, no Rio Grande. Este terreno, de 300 braças de testada por 1.500 de fundos, foi comprado, em 1827, de Manuel José de Souza, por 300 mil réis. Ainda segundo o estudioso, esta propriedade passou, desde então, a servir de residência da família. (BOM, 2004, p. 776). Nos anos 1865 e 1866 Cypriano Rimas é listado, no Almanaque Laemmert como fazendeiro, junto a outros grandes proprietários, tais como o Barão de Nova Friburgo. Ver edições dos anos citados no Almanaque Laemmert disponibilizadas no site: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/almanak/almanak.htm. Data de acesso: 01/06/2019.

⁶ Ver edições dos anos citados no Almanaque Laemmert disponibilizadas no site: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/almanak/almanak.htm. Data de acesso: 01/06/2019.

Nota-se, inclusive, que a maior parte da riqueza da família não está nos seus bens rurais (quase 1.800 alqueires e os animais), que somavam cerca de 43% dos bens, mas, sim, em investimentos em títulos da dívida pública federal. Ademais, os dados comprovam que Antonio José Mendes, de fato concedia crédito já que possuía cerca de 23:000.000 contos de reis investidos em hipotecas. Ainda que os documentos até então analisados não permitam a comprovação da tese familiar de que muitas das terras obtidas por Mendes foram provenientes de empréstimos não saldados, eles deixam claro que a renda principal da família não provinha da propriedade. No inventário não se faz menção a nenhuma roça, plantação, ou a existência de alimentos estocados. Ademais, o pequeno número de semoventes listados também não indica que a família fosse criadora de animais, que deviam ser utilizados para as suas necessidades mais básicas. Ao que parece, o imigrante aqui analisado não pode ser pensado como típico fazendeiro.

Nesse sentido, vários autores apontaram, ao longo dos anos, para as formas como proprietários de terras diversificavam suas atividades econômicas. (ANDRADE, 2008; FRAGOSO, 2013; PEDROZA, 2011; MARRETTO, 2019) De maneira geral, eles concordam que tal estratégia foi importante não somente para o enriquecimento, como para o aumento e/ou manutenção do poder familiar local. Contudo, existem discordâncias no que diz respeito às formas como tais agentes organizavam os seus negócios e, por conseguinte, como eles poderiam ser classificados.

João Fragoso, utilizando como base as denominações existentes no Almanaque Laemmert de Paraíba do Sul, entende que alguns grupos profissionais atuaram no mercado de compra e venda de terras e de fornecimento de crédito: os “fazendeiros capitalistas” e “os fazendeiros-negociantes-capitalistas”; “os negociantes-fazendeiros”; e os “negociantes”. Os primeiros eram os membros do sub-grupo mais rico – com menos de 1.000 hectares de terras - e que se utilizavam do mercado apenas para consolidar a sua posição como membro da aristocracia fundiária. Os segundos tinham a origem da sua riqueza no comércio e queriam ascender, ou seja, entrar no mundo agrário escravista (FRAGOSO, 2013, p. 136). Assim como os fazendeiros-capitalistas, eles se aproveitavam dos momentos de crise para emprestar dinheiro a proprietários menores. Dessa forma, eles foram identificados em um grande número de transações cartoriais (compra/venda e créditos), contudo, com quantias menores, de menos de

1.000 libras. Ademais, ao final da sua vida, acabavam sendo definidos como fazendeiros, possuindo, na maioria dos casos, mais de 65% de sua renda em bens rurais (FRAGOSO, 2013, p.141). Já os terceiros, sempre listados no Almanaque como comerciantes e/ou negociantes eram os principais abastecedores de mercadorias e de créditos para os pequenos e mais pobres produtores. Por isso, eles possuíam grande capilaridade social, atingindo um grande número de agentes, porém com quantias, em 90% dos casos, menores do que 500 libras. Já os ganhos obtidos com as suas transações foram, em Paraíba do Sul, até 1860, principalmente destinados a imóveis urbanos, sendo, apenas após a esse período, investidos em imóveis rurais. Ou seja, chama a atenção do autor o fato de que eles passaram a investir no campo apenas nos últimos tempos da escravidão (FRAGOSO, 2013, p. 143-145), em um momento no qual os demais grupos, inclusive os negociantes-fazendeiros, deixaram de atuar (FRAGOSO, 2013, p. 154).

Em trabalho recente sobre o Barão de Nova Friburgo, Rodrigo Marretto defende outra classificação para o entendimento das ações de um grande proprietário rural, ou seja: a de “capitalista fazendeiro”. Esta proposição se dá, entre outros motivos, pelo fato do Barão ter a origem da sua riqueza no comércio de grosso trato, não tendo investido no mercado após ter se tornado latifundiário. Ou seja, como o comércio foi a atividade que serviu de base para a construção da fortuna do Barão, Marretto opta por inverter o conceito, definindo o potentado friburguense como “capitalista-fazendeiro”. Destarte, o autor ainda ressalta que ao classificá-lo desta forma, o termo capitalista não desmerece o elemento fazendeiro, apenas destaca a origem da riqueza do nobre estudado. Por sua vez, o segundo termo aponta para a principal atividade econômica de um dos homens mais ricos do império (MARRETO, 2019, p. 187-189)⁷.

Diante do trabalho destes autores e mesmo tendo ciência de que eles estudaram áreas e agentes diretamente ligados a produção escravista para o mercado externo, percebe-se, nas ações de Antonio José Mendes, algumas semelhantes com as que foram

⁷ O autor, dialogando com a obra de Ricardo Salles (2008), estabelece uma classificação para medição da riqueza baseada na quantidade de escravos. Segundo o autor, os microproprietários possuíam de, 1 a 4 escravos; os pequenos proprietários de 5 a 19 escravos; os médios proprietários de 20 a 49; os grandes proprietários de 50 a 99; e, os megaproprietários, mais de 100 cativos” MARRETO, 2019, p 78. Apesar de muito interessante, essa classificação foi discutida pelo fato de, até o momento, não se encontrado sinal de que Antonio José Mendes tenha possuído escravos em sua propriedade.

descritas acima. Em busca da confirmação desta hipótese e levando em conta as advertências feitas pela historiografia no que se refere ao uso dos inventários - já que estes não são capazes de demonstrar a dinâmica do processo de acumulação (MARRETO, 2019, p. 150) - examinaram-se, também, documentos cartoriais. A partir da já anunciada pesquisa onomástica e indiciária, analisaram-se os 10 livros dos anos de 1840 a 1888, do Cartório do 2º Ofício de Notas de Nova Friburgo.⁸ Ao término da apreciação, Antonio José Mendes foi encontrado em 15 transações, todas envolvendo propriedades rurais. Na primeira, datada de 1861, ele comprou um de direito de herança, em um local não discriminado, por uma quantia de 450.000 réis (48 libras). Já na segunda, em 1866, um ano depois do seu aparecimento no Almanaque, ele comprou, por 1:800.000 réis (182 libras), a Fazenda Córrego Grande, propriedade onde viveu e que até os dias de hoje pertence a sua família.⁹ Ademais, tal procedimento propiciou a construção da tabela listada abaixo:

Tabela 2: Resumo da movimentação financeira de Antonio José Mendes (1840 – 1888)
Cartório do 2º Ofício de Nova Friburgo

Atividade	Ocorrências	Valor em Réis	Valor em Libras (1888)
Compra de terras	11	11:030.000	1.159,84
Troca de terras	1	6:500.000	683,50
Venda de terras	3	1:500.000	157,73
Total de Ocorrências	15		
Saldo das operações		- 16:030.000	- 1.685,59

Fonte: Livros de Nota do Cartório do 2º Ofício de Nova Friburgo.

Nota-se, assim, um número muito maior de compras do que vendas e apenas a existência de uma troca de propriedades. Tal fato deixa claro que Mendes não fazia dinheiro com a venda de terras, ou seja, repassando terras com valores maiores e comprando, em sequência, outras menos avaliadas. Ao contrário, suas táticas e estratégias (CERTEAU, 2008) para aquisição de terras se baseavam na aplicação do dinheiro conseguido em outra atividade, o comércio. Essa ideia que é corroborada até mesmo na única troca feita pelo imigrante, já que este, além de dado a propriedade que possuía, teve que pagar ainda mais de 6:000.000 para realizar a transação. Por outro

⁸ Aproveito para agradecer ao historiador Rodrigo Marins Marretto que, gentilmente, disponibilizou as digitalizações de todos os livros de notas presentes no cartório que datam do século XIX.

⁹ Livro 6 do Cartório do 2º Ofício de Notas de Nova Friburgo, folhas 165-166. Para a conversão foi utilizada a tabela presente em RYAN, 2007, p. 196.

lado, nos documentos cartoriais não foram localizados nenhum registro de dívida ativa e/ou de hipoteca, o que comprovaria a sua atividade usuária, algo percebido no inventário de sua esposa. Ainda que se tenha em mente que nem todos os negócios de compra/venda e de concessão de créditos estivessem registrados nos cartórios, principalmente antes de 1860, estabelecendo-se por meio de relações de confiança e amizade (LIMA, 2018, p.120; FRAGOSO, 2013, p. 117; MARRETO, 2019, p. 404), a ausência destes dados prejudica, no momento, maiores conclusões.

Neste sentido, o estágio atual das investigações permite, ao menos, afirmar que Antonio José Mendes foi um negociante que teve sucesso em suas atividades. Afinal, ele não somente conseguiu acumular mais de 4.000 hectares de terra, como obteve um padrão de vida que o distinguia de outros moradores locais. A defesa desta tese se sustenta, para além da sua movimentação financeira, na análise, ainda embrionária, de um objeto encontrado em sua fazenda, qual seja: um álbum de retratos da família.

A historiografia vem, há algum tempo, percebendo, nos próprios inventários, a existência de elementos de consumo característicos dos grupos sociais abastados. Hebe Mattos, já na década de 1980, utilizou desta metodologia para complementar os seus estudos sobre os pequenos proprietários rurais da região de Capivary. A análise da descrição da estrutura das casas, dos móveis e de vários utensílios listados naqueles documentos permitiu a ela diferenciar, inclusive, os sítiantes dos lavradores mais pobres, que se integravam com menos frequência ao mercado (MATTOS, 2009, p.33; 67-68).

Já Marcos Andrade ressalta que o entendimento do comportamento dos grupos mais abastados deve passar pela análise de um conjunto de fontes, além dos inventários, tais como: relatos de viajantes, entrevistas com membros das famílias estudadas e documentos particulares presentes nas propriedades, tais como: genealogias, memórias e fotografias. (ANDRADE, 2008, p. 115). Em seu trabalho sobre a formação de uma parcela da elite mineira voltada para o abastecimento local, no século XIX, o autor destaca os retratos (pinturas e fotografias) como um elemento de distinção da classe senhorial local. Segundo o historiador, nestas obras, o uso de ternos escuros, gravatas borboletas, chapéis e bengalas devem ser vistos como símbolos de distinção, que

separavam alguns homens de outros pertencentes aos extratos sociais inferiores (ANDRADE, 2008, p.127).

Como salienta Alencastro, a fotografia foi uma novidade mundial que ajudou na construção da imagem da elite imperial brasileira (ALENCASTRO, 2011, p.84). Ana Mauad corrobora tal afirmação, destacando a importância das fotografias para os membros da família real. Além dela, a autora salienta que a maior parte da clientela dos estúdios localizados no Rio de Janeiro – mais presentes a partir da década de 1860 – era formada por pessoas de poderio econômico, quais sejam: membros da elite senhorial agrária e da população urbana enriquecida pelo comércio e/ou por serviços prestados à administração imperial (MAUAD, 2011, p. 198).

Esses agentes sociais, em sua maioria, se interessavam pelos *carte-de-visite*, imagens de tamanho de 6 x 9 centímetros, que eram utilizados na composição de alguns álbuns fotográficos e/ou enviados como lembranças à pessoas com as quais a família possuía alguma relação. Estes tipos de fotografia formavam os álbuns de algumas linhagens importantes do Vale do Paraíba - tais como: os Werneck e os Avelar - e possibilitaram, a autora, entender melhor os hábitos e o trabalho de construção de autoimagem da elite senhorial escravista daquela região (MAUAD, 2011, p.216).

Diante das ideias apresentadas acima, entende-se que um material muito semelhante ao descrito por Mauad e por Andrade foi encontrado na Fazenda Córrego Grande. Ainda que muito desgastado pelo tempo, com algumas fotos fora do lugar e sem identificação dos agentes retratados, o álbum demonstra essa mesma preocupação de construção da autoimagem esteve presente na família Mendes. Como exemplo, pode-se mencionar uma fotografia, apresentada a seguir, onde os descendentes familiares conseguem identificar Antonio José Mendes ao lado do seu filho, Pedro José Mendes.

Imagem 1: Antonio José Mendes e de seu filho Pedro José Mendes



Fonte: Acervo familiar

Ao que tudo indica, esta foto produzida, na segunda metade do século XIX, aponta para certo padrão de consumo desse negociante, que trajava, assim como seu filho ternos escuros e gravatas borboletas. Mesmo que não seja possível qualquer comparação com os grandes potentados do Vale do Paraíba ou com a elite do Sul de Minas, a semelhança desta foto com as que foram analisadas por Mauad e Andrade revelam que Mendes teve acesso a bens de consumo que lhe auferiam alguma distinção social. Ainda nesse sentido, mesmo se sabendo que o material fotográfico foi se tornando mais acessível no último quartel do século XIX (MAUAD, 2011, p.199), o fato de as fotografias terem sido produzidas no Rio Janeiro, já é outro elemento de destaque. Afinal, permite, ao menos, a ilação de que este comerciante não somente teve condições de adquirir as fotos, como de ir à corte com a sua família para tirá-las, algo que a própria Mauad reconhece como característica de pessoas com maior poder aquisitivo, como os fazendeiros ligados ao café (MAUAD, 2011, p. 211-212).

Considerações finais.

Após os dados iniciais apresentados nas páginas anteriores parece claro que o negociante Antonio José Mendes foi um homem de destaque na região de Nova Friburgo. Em quase em século de vida foi capaz de acumular um patrimônio

considerável, algo que lhe garantiu alguma distinção social. Por meio da investigação cartorial e da análise do inventário de sua esposa, nota-se que a origem do seu patrimônio não parecia estar ligada às práticas agropecuárias. Ainda que ele tenha conseguido acumular quase 1.800 alqueires de terra (mais de 4.500 hectares de terra), a maioria da fortuna familiar estava em títulos públicos e dívidas ativas. Este fato parece corroborar a narrativa familiar de que parte do patrimônio do patriarca da família tenha se baseado na estratégia da concessão de empréstimos não pagos por seus vizinhos.

No que se refere ao seu status social, a ainda incipiente discussão sobre o álbum de família encontrado na Fazenda Córrego Grande, demonstra que ele tinha um comportamento semelhante a alguns membros da elite do Império do Brasil. Ele não somente tinha meios para se adquirir as fotografias, como para deslocar para o Rio de Janeiro, para que as fotos fossem tiradas. Ademais, a única foto apresentada neste texto, também se assemelha àquelas analisadas pela historiografia dedicada ao estudo de grandes proprietários, que tinham uma preocupação em eternizar narrativas sobre seus hábitos e origens. Ou seja, Mendes procurava, de alguma forma viver como um membro de grupos superiores da sociedade.

Contudo, tem-se ciência que ainda existem muitas lacunas a serem respondidas para que se possa entender melhor as estratégias de acumulação de propriedade utilizadas pelo imigrante. Faz necessário, em primeiro lugar, tentar compreender a origem familiar e os laços de parentesco desse indivíduo. Eles podem explicar, inclusive, as motivações da sua ida para aquela região, bem como precisar melhor o contexto de sua chegada. Se Antonio José Mendes já possuísse relações de amizade e/ou de parentesco em Nova Friburgo, inclusive com outros imigrantes portugueses, elas podem ter sido importantes para o seu sucesso econômico.

Em segundo lugar, deve-se entender o tipo de atividade comercial a qual Mendes estava ligado; afinal, seria ele um comerciante apenas local, ou que teria relações com outros membros da corte? Qual o volume financeiro dos seus negócios? E quem eram os seus clientes? Somente partir desses dados, pode-se ser capaz de enquadrá-lo como negociante, ou até como capitalista, que por meio de créditos e/ou da venda de produtos acabou por se tornar um fazendeiro.

Em terceiro lugar, deve-se atentar para o mercado de terras em Nova Friburgo, e mais especificamente para as transações existentes nas áreas próximas às propriedades adquiridas pelo negociante. Como se trata de uma área onde não se encontra a presença de gêneros de exportação, como café e a cana de açúcar, é bem possível que ela tenha um valor mais baixo diante de outras terras com esses produtos. Torna-se mister investigar melhor essa questão, para que se possa ter a real dimensão da riqueza de Antonio José Mendes por meio de uma perspectiva comparada. Nesse sentido, entende-se que não somente deve ser feita uma análise comparativa com os dados apresentados pela historiografia de regiões de plantation escravista – algo que se tentou fazer aqui – como com dados daquela região específica.

Enfim, ainda há muito a ser feito e muitas outras histórias para contar!

Referências Bibliográficas.

- ALENCASTRO, L. F. Vida Privada e ordem privado no Império. IN: _____(ORG.) *História da Vida Privada no Brasil: Império*. Vol.2. São Paulo Companhia das Letras, 2011, p. 11-94.
- ANDRADE, M.F. Elites Regionais e a Formação do Estado Imperial Brasileiro – Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.
- ARAÚJO, J. R. *A construção do mito da suíça (1910-1960)* (Tese de Doutorado) Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2003.
- BARTH, F. *Scale and Social Organization*. Oslo, Universitetsforlaget, 1978.
- BON, H. *Os imigrantes: a saga do primeiro movimento migratório organizado rumo ao Brasil às portas da independência*. Nova Friburgo: Imagem Virtual, 2004.
- CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano*, Vol 1: artes de fazer. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.
- FRAGOSO, J. *Os barões do café e o sistema agrário escravista: Paraíba do Sul/Rio de Janeiro (1830-1888)*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.
- FERREIRA, M. M. *Histórias de Família: casamentos, alianças e fortunas*. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 2008.
- GINZBURG, C. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Tradução: Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LEVI, G. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LIMA, R. G. Senhores, possuidores e outras coisas mais: as Múltiplas Funções dos Proprietários do Rural Carioca no Oitocentos. *Cantareira – Revista Eletrônica de História*, n. 28, 2018, p.113-125. Disponível em: <https://revistacantareiracom.files.wordpress.com/2018/09/e29a10.pdf>. Data de acesso: 01/06/2019

MAYER, J. M. Raízes e crises do mundo caipira: o caso de Nova Friburgo (Tese de Doutorado). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2003.

MAYER, J. M. e ARAÚJO, J. R. (Org.) *Teia Serrana: formação histórica de Nova Friburgo*. Rio de Janeiro: Editora ao livro Técnico, 2003.

MAYER, J. M. e PEDRO, J. C. Política e Administração em Nova Friburgo do século XIX. In: MAYER, J. M. e ARAÚJO, J. R. (Org.) *Teia Serrana: formação histórica de Nova Friburgo*. Rio de Janeiro: Editora ao livro Técnico, 2003.

MARRETTO, R. M. *A escravidão velada: a formação de Nova Friburgo na primeira metade do século XIX*. Dissertação de Mestrado. Niterói: Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense. 2014.

_____. *O opulento capitalista: café e escravidão na formação do patrimônio familiar do Barão de Nova Friburgo. (1829-1873)*. Tese de Doutorado em História. Niterói: Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense, 2019.

MATTOS, I. R. *O Tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial*. Rio de Janeiro: Acess, 1999.

MAUAD, A. M. Imagem e autoimagem no Segundo Reinado. IN: *História da Vida Privada no Brasil: Império*. Vol.2. São Paulo Companhia das Letras, 2011, p.181-232.

MOTTA, M. M. M. *Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Niterói: EdUFF, 2008.

_____. (Org.) *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. A Grilagem como legado. In MOTTA, M. M. N e PINHEIRO, T. L. *Voluntariado e Universo Rural*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.

_____ e GUIMARÃES, E. (Orgs). *Propriedades e Disputas: fontes para a história dos oitocentos*. Niterói: EdUFF, 2011.

_____ *Direito a terra no Brasil: gestação do conflito (1795-1824)*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2012.

PEDRO, J. C. *A Colônia do “Morro Queimado”: suíços e luso-brasileiros na Freguesia de São João Batista de Nova Friburgo (1820-31)*. (Dissertação de Mestrado). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1999.

PEDROZA, M. S. *Engenhocas da Moral: uma leitura sobre a dinâmica agrária tradicional (Freguesia de Campo Grande, século XIX)* Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP, 2008.

RYAN JR, J. J. *Credit where Credit is due to: Lending and borrowing in Rio de Janeiro, 1820-1900*. Doctoral thesis in History: Los Angeles: University of California (UCLA), 2007.

SALLES, R. *E o vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.